

PERSISTÊNCIA DO RACISMO NA ATUALIDADE COMO PROBLEMA ESTRUTURAL

ANDREWS, Kehinde, A nova era do Império: Como o racismo e o imperialismo ainda dominam o mundo. Tradução Cecília Rosas. São Paulo: Companhia das Letras, 2023, 352 p.

Este livro não poderia ser mais oportuno, no momento em que a persistência do racismo e demais discriminações análogas ficou escandalosa, não porque seria uma onda inusitada, mas sim pela proliferação de denúncias circulando nos novos meios de comunicação; e, por outro lado, pelas medidas simplesmente paliativas e de gestos meramente simbólicos, tidos por satisfatórios, adotados pelo *establishment*... Sem falarmos da ascensão da extrema direita pelo mundo afora, quando a depreciação do Outro virou o meio mais banal, mais destrutivo e mais medíocre, da valoração de si.

Kehinde Andrews nos brinda, por assim dizer, com um texto vigorosamente polêmico, joga duro, traça um retrato pavoroso, mas realista, das péssimas condições atuais em que

vive boa parte da humanidade, jamais podendo desfrutar nem sequer de insignificante parcela de um volume descomunal de riquezas nunca d'antes acumulado, muitas vezes esbanjado com estupidiíssimas futilidades. Já no Prefácio, contundentemente intitulado “O racismo é uma questão de vida e morte”, ele inicia um levantamento minucioso de todas as modalidades de manutenção de negros, pobres, vulneráveis e minorias étnicas que vivem em condições difíceis, na pobreza a mais desproporcional, dizimados pelas mais devastadoras pandemias, eventualmente submetidos a trabalho escravo, e flagelados por perseguições policiais-militares as mais absurdas em largas partes do planeta, até mesmo nas ditas civilizadas capitais contemporâneas do intitulado Ocidente.

Claro, esses dados lamentáveis são nossos velhos conhecidos, há séculos fazem parte da nossa paisagem, mas não deixam de ser ator-doantes quando Andrews os aglomera todos numa mesma análise crítica, demonstrando, com dados irrefutáveis, como o racismo não é uma eventualidade ou uma mera sobrevivência colonial, é estrutural no momento presente, “está entrelaçado com o capitalismo” e é responsável por um aniquilamento dos vulneráveis que poderíamos até considerar programado.

Começando com o estado de saúde das grandes massas humanas: a covid-19, denuncia ele, alimentou a ilusão de que o vírus seria um “grande nivelador social”, uma vez que altíssimas autoridades civis, eclesiásticas e militares, além de Boris Johnson, o neoliberal primeiro ministro britânico, e Donald Trump foram atingidos pela praga e tiveram de ser hospitalizados para salvar a pele. Vários países organizaram *lockdowns* para evitar a disseminação da doença, e mesmo governos conservadores “ofereceram programas de segurança econômica para famílias e empresas que teriam sido aprovados por Marx”. Mesmo permanecendo a consistente dúvida de que todos seriam

ou não iguais perante a lei, entrava em cena a certeza retórica de que o seriam perante a pandemia... E, enfim, igualmente bem tratados, republicaneamente iguais.

Porém, Kehinde logo desmonta tal lorota, demonstrando que a covid-19 atingiu muito mais brutalmente as minorias étnicas e demais populações vulneráveis, espremidas em poluídos guetos periféricos, ou largadas em regiões carentes de condições de vida minimamente satisfatórias. E nos oferece números alarmantes: no País de Gales e na Inglaterra, o número de pessoas negras que morreram por covid-19 foi quatro vezes maior do que o número dos seus “equivalentes”, ou seja, aqueles brancos que viviam em regiões pobres...

Acrescenta ademais que doenças crônicas e pragas rotineiras, como a asma e o diabetes, além das denominadas “comorbidades”, aumentam o risco de morte por covid-19 e outras epidemias, justamente em meio a essas populações carentes. De um modo geral – assegura – a produção de vacinas eficientes foi muito mais lenta quando os atingidos foram os desfavorecidos: “A malária existe há mais de cem anos e tira a vida de 400

mil crianças anualmente, todavia ainda não temos uma vacina confiável”. Além do mais, ele também não nos deixa esquecer de que a mortalidade da covid-19 “se torna insignificante comparada à perda anual de vidas por causa da pobreza. Nove milhões de pessoas morrem mundo afora, todo ano, devido à fome. A cada dez segundos, uma criança morre por não ter acesso à comida e à água!!”.

O resultado absurdo dessa desigualdade é confirmado por estatísticas confiáveis, nos lembra Andrews: Nos Estados Unidos, mais de 15% das pessoas têm mais de 65 anos, enquanto que na Nigéria, o mais populoso país africano, apenas 2,5% ultrapassam essa idade. Lembremos também que uma pesquisa recente demonstrou que a expectativa de vida além dos 60 anos no centro de São Paulo, a mais rica cidade brasileira, é de 80%, enquanto na sua periferia é de apenas 54%. E Andrews conclui seu indispensável Prefácio arrematando:

A verdade brutal e desconfortável é que o racismo tira anos de uma vida e a capacidade de aproveitá-la. No entanto, as falhas geológicas raciais no mundo desenvolvido são pequenas rachaduras em comparação aos abismos devastadores do

valor da vida ao redor do planeta, e a resposta à covid-19 revela a lógica imperialista que continua a governar o mundo (p. 9).

Na Introdução, intitulada “A lógica do Império”, nosso autor começa combatendo a versão oficial de que as três grandes revoluções – a científica, a industrial e a política – foram exclusivamente responsáveis pela hegemonia ocidental, lembrando que outro trio, este maldito, o genocídio, a escravidão e o colonialismo, também teve um papel decisivo. A filosofia Iluminista e a racionalidade científica “inventaram” teorias tão eruditas quanto caluniosas para justificar a manutenção dos privilégios do homem branco. Do homem, vamos reter este dado, pois voltaremos a ele em seguida.

Sabe-se que o declínio da administração direta do colonialismo europeu abriu caminho para um novo sistema, do qual os Estados Unidos viraram o centro, “a expressão mais extrema da ordem mundial racista”, com a ONU (Organização das Nações Unidas), o FMI (Fundo Monetário Internacional), o Banco Mundial e a Organização Mundial do Comércio administrando o novo sistema neocolonial. Andrews

nos lembrando que a independência formal das antigas colônias propiciou a emergência de uma elite subserviente que mantém e “administra o sistema com uma eficiência brutal”. Ou seja, garante a manutenção do *status quo*.

Nosso autor em seguida aborda o que considera como os quatro aspectos fundamentais do sistema sociopolítico ocidental, numa perspectiva histórica: o capitalismo racial, a nostalgia colonial, o patriarcado racial e o pós-racismo. Vejamos.

“Um em cada três meninos afro-estadunidenses passa pela prisão”. Este dado estonteante em si já desmascara o encarceramento tendencioso da massa negra estadunidense, mas isso, segundo Andrews, não é apenas o resultado de uma intolerância grosseira, mas também tem um refinamento preciso, capitalista: a privatização do sistema penitenciário daquele país passou a incentivar a prisão de um número cada vez maior de pessoas, evidentemente com uma grande maioria de negros, uma vez que várias empresas passaram a explorar o trabalho de detentos, por causa dos salários aviltados. McDonald’s e Microsoft, além de inúmeras outras empresas, rentabilizam seus negócios

pagando “salários de terceiro mundo” a esses encarcerados. O próprio governo federal estadunidense mantém uma empresa, a Unicor, que emprega seus encarcerados e fornece bens e serviços para amplos setores públicos e privados, tendo arrecadado 300 milhões de dólares em 2018. Tudo isso parece surpreendente, “mas precisamos lembrar que” –adverte Andrew, denunciando mais uma continuidade do passado com o presente – “ao longo da história do Ocidente, é através do Estado que as empresas privadas receberam os lucros da exploração racial” (pp. 17-21).¹

Prosseguindo na leitura, temos que a “nostalgia colonial” se traduz muito bem no slogan recentemente empunhado por Trump: *Make America Great Again*. Ou seja, o desejo de “domínio sem controle sobre o mundo”, vigente também na Inglaterra com seu “surto de saudosismo”. Durante o Brexit (a saída do Reino Unido da União Europeia), cerca de 60% dos ingleses acreditavam que o Império “dava orgulho”, sem levar em consideração “os séculos de escravidão e brutalidade que a

1 “Unicor” soa para *nosotros* como um deboche: só entra uma cor em cana...

Inglaterra infligiu a várias partes do mundo”. A emergência da China como grande potência abalou sem dúvida o monopólio do Ocidente, reatizando seus velhos propósitos de dominação global. Porém, o rápido desenvolvimento econômico chinês foi parcialmente conquistado pelo saque da África, de maneira “perturbadoramente europeia”: com ou sem perturbação, os poderosos logo se acomodaram porque falavam a mesma linguagem econômica. Mas do ponto de vista dos explorados e oprimidos não mudou nada, o mesmo sistema foi mantido. Como a emergência da elite colonizada, racializada, sempre, segundo Andrews, não passa de uma integração ao sistema e uma miragem de progresso, a questão essencial que permanece “não é se eles estão provando as iguarias do Ocidente, mas se seus países estão sendo nutridos”. Ou seja, o suprematismo racial continua fortemente cultivado e muito bem situado: “O racismo molda a vida na nova era do império de modo tão integral quanto o fazia nas eras da escravidão e da colonização direta”:

A tese central deste livro é apontar que a supremacia branca e, portanto, a antinegritude, é a base fundamental

do sistema político e econômico e, sendo assim, contamina todas as interações, instituições e ideias. Meu objetivo é rastrear como a supremacia branca vem sendo mantida e atua nas várias atualizações do Império Ocidental (pp. 21-25).

Andrews revela que já encontrou acadêmicas e feministas negras estadunidense que embarcaram nessa pesquisa e abriram portas para uma nova compreensão das “dimensões interseccionais da opressão”, o que as levou a investigar o patriarcado, uma vez que, nesse contexto, mesmo as relações de classe “são produzidas a partir da lógica colonial do imperialismo ocidental”. Os migrantes imperiais, mesmo os soldados-rasos, estabeleciam famílias alargadas e escravistas nas quais as mulheres eram relegadas ao ambiente doméstico, por serem consideradas, numa justificativa mais erudita, insuficientemente racionais.²

- 2 Lembremos que elas foram assimiladas às “raças inferiores”, as quais seriam caracterizadas mais pelo afeto do que pelo intelecto, com pronunciada tendência à submissão, estereótipo banal nas teorias racistas vigentes, reconduzido até mesmo por uma intelectual abolicionista como Lydia Maria Child, romancista e editora americana. Lembremos também que o rastreamento pretendido por Andrews, de como a supremacia branca vem sendo mantida, já foi ou está abundantemente

E Andrews arremata: “Essas ideias estavam tão profundamente arraigadas que os homens negros nos Estados Unidos tiveram a permissão de votar (pelo menos em teoria), décadas antes de o privilégio ser estendido às mulheres brancas”. Mas o patriarcado continua “no coração da nova era do Império”, sua prática “é absolutamente essencial”.³

Mas não qualquer patriarcado, alerta Andrews. O conceito de intersecção introduz a noção de patriarcado racial, uma vez que as mulheres brancas, principalmente as de camada rica, também foram beneficiadas pela lógica colonial; apesar das

sendo feito na antropologia e na historiografia; portanto, para se atualizar, ele já tem um longo caminho a percorrer.

- 3 Contudo, a melhor metáfora não seria a orgânica, “no coração”, seria a arquetônica, “na base”, referindo uma das modalidades de organização social que sustentam a vida em comum. Vamos zelar por nossas metáforas! Parte fraca da monumental pesquisa de Andrews: lhe falta uma abordagem antropológica, ou seja, uma intimidade metodológica com o contexto. O uso da metáfora “no coração” tem pouca importância, mas denuncia sua carência teórica nesse particular, bem como o apelo à “interseccionalidade” das ativistas americanas como sendo uma grande novidade, quando já existem várias décadas de estudos nesse tema. Inventar uma nova etiqueta não elimina o fato de que já existem programas de estudo na área, por exemplo na antropologia política britânica há quase um século.

discriminações, permanecem privilegiadas em vários sentidos e exercem o poder de maneira travessa. Às negras nenhum privilégio, pior ainda, duplamente punidas, pois a agressão endereçada aos homens negros também provocou impacto nas mulheres negras, “que perdem seus companheiros, irmãos, parentes e amigos”, sendo elas próprias as vítimas femininas preferidas da agressão policial e da violência sexual.

A interseccionalidade considera, portanto, basicamente, a integração entre raça, gênero e classe social. Por exemplo, nas plantações o estupro de mulheres negras era permitido, pois elas eram consideradas sub-humanas, propriedades do senhor, portanto não tinham direitos. O status de gênero no Ocidente seria análogo ao direito dos trabalhadores, está enraizado no sistema sociopolítico, com a branquitude incorporada. E Andrews conclui esse bloco reconhecendo que “retrazar as histórias e legados do patriarcado racial é central para um entendimento completo do imperialismo ocidental, mas essa tarefa exige ao menos outro livro, e provavelmente vários outros”.

Sobre o último tópico da Introdução, o “Pós-racialismo”,

Andrews começa afirmando: “Se o maior truque do Diabo é convencer o mundo de que ele não existe, a conquista mais orgulhosa do imperialismo ocidental é a ilusão de que já superamos o racismo, de que estamos numa sociedade pós-racial”. Outros fatores – continua – podem estar conspirando para prejudicar alguns brancos, o multiculturalismo, a imigração e a globalização, mas as discriminações raciais continuam os beneficiando. As próprias falas de Martin Luther King já foram distorcidas para aplacar a consciência de certos brancos, sedimentar a falsa ideia de que, graças aos progressos feitos nos últimos anos, estamos em um momento de superação das desigualdades. “Nada pode estar mais longe da verdade”, sentencia Andrews, o movimento pelos direitos civis nos Estados Unidos obteve algum sucesso, várias “ações afirmativas” foram empreendidas, a inconstitucionalidade da segregação racial nas escolas foi obtida, mas “a pobreza ainda é uma praga nas comunidades negras”, e “a polícia continua matando a população negra a tiros”. A Inglaterra não está em melhor estado, enfrentando problemas semelhantes, criando algumas oportunidades para

a emergência de uma classe média negra, mas a pretensão de “que todo mundo chega lá caso se esforce o suficiente e ignore os ressentimentos”, está muito longe da vida real. Na verdade, conclui, estamos estagnados no caminho para a liberdade: “O propósito deste livro é pôr o último prego no caixão da narrativa pós-racial, demonstrando que a lógica racista do império permanece sendo fundamental para dar forma ao mundo” (pp. 15-36).

Seguem-se oito capítulos, intitulados “Sou branco, logo existo”; “Genocídio”; “Escravidão”; “Colonialismo”; “O nascimento de uma nova era”; “O Ocidente não branco”; “Democracia imperial”; e “O feitiço se volta contra o feitiço”, nos quais Andrews questionará teorias que estão “na fundação da atual ordem social injusta” e tomando partido nas batalhas polêmicas. Começando com Immanuel Kant e o Iluminismo dos séculos XVII e XVIII, em “Sou branco, logo existo”, no qual desvenda “a base intelectual do mundo moderno”, surgida no momento em que a Europa estava escravizando boa parte do mundo. A arrogância dos seus pensadores foi propiciada por esse contexto de supremacia, e um dos

seus propósitos foi oferecer justificativas formalmente racionais e científicas para um predomínio sem controle e a sustentação da lógica colonial.

Andrews relata que não tinha percebido que Kant era um ícone tão querido até comentar na televisão que ele era um filósofo preconceituoso, depois de ter lido seus extensos escritos sobre raça e descoberto que ele era inclusive “um racista violento e cruel”. Baseou sua apreciação principalmente na *Crítica da razão pura*, em *A fundamentação da metafísica dos costumes* e em bibliografias críticas pertinentes. Kant depreciou os asiáticos como tendo “parco talento” e os negros como “preguiçosos, indolentes e morosos”, tendo justificado com entusiasmo a violência no castigo e até mesmo a estimular brutalidades sofisticadas, visando incrementar a produtividade no trabalho escravo. E elencou diferenças biológicas, sangue de qualidade supostamente inferior e variações climáticas para explicar porque as raças tidas por inferiores “são incapazes de ser plena e racionalmente humanas”, além de outros argumentos baseados apenas em relatos de viajantes europeus comprometidos com a distorção,

as *fake news* daquela época. Suas teorias são intelectualmente sofisticadas: por exemplo, a inteligência e a preguiça dos povos dependeriam de razões recônditas como o centro de gravidade do planeta e coisas que tais, mas não realizou pesquisas específicas nem reuniu provas minimamente consistentes.

Hoje há quem defenda Kant com o argumento de que os indícios disponíveis na sua época sustentavam o racismo, fazendo dele “apenas um refém de seu tempo”, argumento semelhantemente usado entre nós pra desculpar Nina Rodrigues... Mas Andrews rebate que “ele só escolheu selecionar os relatos que serviam para sua pauta distorcida”. Mesmo porque já estavam em atividade abolicionistas e antropólogos seus contemporâneos que denunciavam a falta de fundamento de tais estereótipos. E complementa:

Kant não é só um filósofo, mas um ponto de partida importante, porque sua obra apresenta todos os ingredientes que são tão potentes nos regimes de conhecimento que sustentam e mantêm a atual ordem social injusta [...] Ele é defendido com tanto vigor por ser um dos

A respeito do Iluminismo, Andrews reconhece que seus arquitetos foram homens com visões variadas, e a tendência dominante é levar em consideração suas variantes, inglesa, escocesa, francesa e americana, “mas o Ocidente é fundado num conluio que vai além das fronteiras nacionais”. Entretanto, como o conceito de raça é fundamental para tal conluio, é compreensível que, “nas premissas principais, os homens brancos mortos que representam a pedra fundamental do conhecimento cantassem segundo a mesma partitura sórdida”. Voltaire e o Conde de Buffon na França, Kant e Hegel na Alemanha, John Locke e Charles Darwin na Inglaterra, David Hume na Escócia, o americano Thomas Jefferson e o sueco Lineu comungavam, no fundamental, com a mesma compreensão discriminatória da diversidade humana.⁵

4 Poderíamos acrescentar que na seleção dos dados que caracterizam o Outro, também estavam em jogo coisas absolutamente fundamentais, como sentimentos elevados, respeito pela vida, solidariedade humana, que não dependem de tempo...

5 É lamentável que Andrews desconheça quatro autores franceses importantíssimos para quem estuda o racismo: Victor Courtet, o fundador do racismo científico, Arthur de Gobineau, o mais ilustre divulgador da

É indiscutível que havia diferenças sutis de como esses intelectuais entendiam o que é precisamente raça, mas todos eles estavam contribuindo para a mesma causa, assinala Andrews. “Kant certa vez comentou que ‘não foi encontrado um só [negro] que tenha apresentado algo de importante na arte ou na ciência, ou qualquer outra qualidade digna de elogio’. Hume desafiou alguém a citar “um exemplo simples no qual um negro tenha demonstrado talentos”. Nosso autor se propõe a aceitar o desafio, esclarecendo que no século XXI tal ridícula fantasia racista não precisa mais ser desmoralizada, uma vez que “não apenas encontramos vários exemplos de negros talentosos, como também sabemos que as bases do conhecimento que temos hoje foram assentadas quase que exclusivamente

teoria racista, e sobretudo Gustave Le Bon e Georges Vacher de Lapouge, estes dois últimos muito mais importantes para o tema do que todos os demais, uma vez que são não apenas veiculadores e buriladores de preconceitos, mas os próprios fundadores da política da extrema direita, aqueles que colocaram as bases programáticas dos partidos fascistas, que continuam vigentes até hoje. Ver: Georges Vacher de Lapouge, *L'aryen, son rôle social*, Paris: Albert Fontemoing, 1889. Gustave le Bon, *La psychologie politique*, Paris: Ernest Flammarion, 1910; Gustave le Bon, *Psicologia de las multitudes*, Buenos Aires: Albatros, 1942.

fora do Ocidente”, esboçando, em um tópico intitulado “Descolonizando o conhecimento”, um breve histórico da trajetória que elevou a Europa da idade das trevas à idade das luzes.

Só depois de derrotado o Império Islâmico no final da Idade Média, “o Ocidente pôde começar sua trajetória rumo à dominação global”. Mas recebeu uma poderosa herança cultural árabe, com cidades como Córdoba e Bagdá competindo “pela honra de ser a capital da produção do conhecimento”. Técnicas agrícolas avançadas, bons conhecimentos em astronomia, em medicina e em oftalmologia, bibliotecas com centenas de milhares de livros, a civilização árabe contava com um poderoso acervo técnico e cultural inovador, enquanto a Europa ainda se arrastava na morosa tradição.

Até o século XV, o árabe era a língua do conhecimento em uma gigantesca área do planeta. Sem esquecermos, lembra Andrews, do conhecimento produzido na Ásia, da China com sua refinada civilização milenar, dos conhecimentos indígenas das Américas e da Austrália, da cidade de Timbuktu, às margens do deserto de Saara, um dos centros do mundo acadêmico muçulmano desde antigas

datas. Lembremos também, assinala Andrews, de Cheikh Anta Diop, que no seu clássico *A origem africana da civilização*, registrou “com provas cabais” que a população do Egito era negra, e que estava muito mais avançada cientificamente do que a população grega. “Não é que os pensadores iluministas precisassem ir muito longe para encontrar provas de inteligência negra: havia muita, e eles simplesmente preferiram ignorá-la”.

Andrews conclui esse tópico argumentando que a tese central do Iluminismo, segundo a qual “o conhecimento e a razão foram difundidos a partir da Europa” é “completamente falsa”. Ciência, matemática, medicina e organização política, todas essas modalidades do conhecimento foram desenvolvidas muito antes fora da Europa. “Mesmo o racismo não foi uma ideia europeia nova”. Desde o século XIV, o tunisiano Ibn Khaldun já depreciava outros grupos étnicos como sendo animais. O Ocidente prosperou levando a discriminação iluminista às últimas consequências. Pode ser racista, mas é “uma tradição intelectual absolutamente notável sobre a qual o sucesso do Ocidente foi construído [...] Se, e é um grande

se, queremos construir uma sociedade antirracista, precisamos repensar completamente a base subjacente que produziu o mundo” (pp. 51-59).

O capítulo “Genocídio” começa apresentando uma versão alternativa de uma das figuras mais veneradas nos Estados Unidos, e até mesmo na história ocidental: Cristóvão Colombo. Embora ele nunca tenha posto os pés por lá, muitas cidades americanas erigiram monumentos em sua homenagem e o têm em alta conta, mesmo que ele tenha sido um dos primeiros traficantes de escravos da Europa. Por que tanta veneração, uma vez que ele, “ao descer do barco, lançou um reinado de terror genocida sobre os povos indígenas que supostamente ‘descobriu’?”.

“Apesar do seu papel histórico como mercador de pessoas escravizadas e assassino em massa, o Dia de Colombo continua a ser celebrado, mas as histórias contadas para crianças em idade escolar podiam muito bem começar com ‘Era uma vez um genocídio’”. Pois a matança de nativos nas Américas não tem precedentes na história da humanidade, chegou a exterminar 99% dos seus primitivos habitantes, em uma série de massacres

que inauguraram a entrada do Ocidente na cena global. Com requintes de crueldade, condições mortíferas de trabalho escravo, contaminações deliberadas com doenças infecciosas, populações inteiras executadas a tiros, prisioneiros devorados por cachorros especialmente treinados, “ou qualquer outro método que sirva para extirpar essa raça execrável”, segundo declarou o ilustre Sir Jeffrey Amherst, comandante-em-chefe das forças britânicas de ocupação na América inglesa.

Massacres de populações nos mundos novos e desapropriação de suas terras ancestrais viraram então um padrão no Caribe, nas Américas e além. Quanto mais massacrassem, mais ricas ficariam as novas potências marítimas. Foi assim criado “um método industrial de morte que abriu caminho para o avanço europeu. Essa abordagem genocida para conquistar territórios é característica do desenvolvimento ocidental e é um ingrediente absolutamente essencial para a construção do mundo moderno”.

Depois de espanhóis e portugueses, os ingleses entraram nas Américas, mas encontraram acirrada resistência das populações indígenas. Durante a guerra de independência, o

general George Washington, agindo “com brutalidade típica” contra os iroqueses, lançou mão da tática da terra arrasada, destruindo cerca de quarenta cidades, e os sobreviventes foram obrigados a fugir para o Canadá. “A população indígena da Califórnia, estimada entre 310 mil e 750 mil em 1800, foi reduzida para apenas 18 mil em 1907”. Esse período histórico americano é naturalmente falsificado no folclore, adverte Andrews: “Há todo um gênero de filmes de caubói que retrata homens da fronteira combatendo os selvagens e os fora da lei para abrir caminho no Velho Oeste”. Esse conto de fadas, protagonizado pelos heróis civilizadores da pátria, “oferece o conforto necessário para as pessoas olharem para o passado”, mas na verdade tais heróis “construíram o país com um massacre genocida. Reconhecer isso significaria um acerto de contas honesto com as fundações racistas do Estado”.

Foi o sistema montado pelo comércio transatlântico baseado no saque que impulsionou o Ocidente para sua posição de destaque. O roubo do ouro e da prata do Brasil, do Peru e posteriormente do Oeste americano permitiu que as riquezas

acumuladas impulsionassem os europeus para o Oriente, “que era muito mais rico, mais desenvolvido e poderoso do que a Europa na época”, e que por isso serviu de estimulante ao impulso inicial do desenvolvimento industrial europeu. “As Américas não eram apenas um negócio lucrativo, tornaram-se uma extensão da Europa” conquistada militarmente, ampliando em muito o potencial do crescimento europeu: “Se você levanta a bandeira pelo Ocidente, cada um dos seus heróis está ensopado de sangue. Nenhuma reparação pode alterar este fato histórico” (pp. 68-105).⁶

O capítulo 3, “Escravidão”, tema já profundamente tratado na historiografia brasileira, nos traz, entretanto, interessantes informações sobre tal problema na Inglaterra e nos Estados Unidos, pauta sobre a qual, lamenta Andrews, “estamos tão acostumados a imprecisões históricas”. A Inglaterra tem se orgulhado de ter acabado com a escravidão, mas o exame das circunstâncias revela que não há tantos motivos de orgulho.

6 Para se ter uma ideia da diferença de poderio naval, os veleiros portugueses que por volta de 1500 ancoraram nos portos do Oceano Índico tinham em média 400 toneladas, e cotejaram com veleiros chineses de 2.000 toneladas!

A reparação governamental aos proprietários de escravos “foi de uma escala sem precedentes na história britânica”. Cerca de 100 bilhões de libras em valores de 2020, quase 5% do PIB nacional em 1833, quantia tão exorbitante que o Governo teve de tomá-la emprestada ao Banco da Inglaterra e levou 182 anos para pagá-la.

Uma pesquisa intitulada *Legacies of British Slave Ownership*, feita pela University College of London e consultada por Andrews, estabeleceu onde esse dinheiro foi parar: Igreja, ministros de Estado, bancos, senhores poderosos, empresas de seguro e milhares de indivíduos tinham seus investimentos no negócio escravista, todos compensados durante a abolição, revelando como tal negócio estava enraizado no sistema produtivo nacional. Os pesquisadores também descobriram que esses valores foram em seguida investidos em várias áreas, ferrovias, indústrias, corretoras de seguros e até mesmo em filantropia. Enquanto isso, ao longo do Império Britânico, os libertos foram enquadrados no chamado “aprendizado”, ou seja, tiveram de trabalhar mais quatro anos nas antigas plantações sem nenhuma

remuneração, para “aprender” sei lá o quê! “Portanto o escravizado tinha de pagar por sua própria liberdade, continuando a trabalhar de graça”: parte determinante da história, ausente das narrativas oficiais.

Depois da guerra civil nos Estados Unidos, o norte vitorioso confiscou a terra dos proprietários de escravos dos Confederados do sul, prometendo a cada alforriado 162 hectares de terra e uma mula, em reparação à privação de liberdade e a violência sofrida. Nada mais justo, porém essa ordem generosa logo foi revertida pelo presidente vitorioso Andrew Johnson, que também compensou os ex-proprietários de escravos devolvendo a terra desapropriada.

Outro problema das narrativas oficiais é o exclusivismo atribuído ao papel da industrialização na emergência da hegemonia ocidental: “Uma das mentiras que gostamos de contar [...] é que a Revolução Industrial foi consequência de engenharia científica e de trabalho duro. Mas o que muitas vezes se omite da história é que esse processo também dependia do financiamento e dos recursos da escravidão e do colonialismo”. Tomemos por exemplo os inventores do motor a

vapor, James Watt e Matthew Boulton, “elevados ao status de santos na minha cidade natal Birmingham”. Watt, entretanto, agradeceu publicamente aos proprietários de escravos no Caribe, pois foram seus financiamentos que permitiram a produção em série dos motores. Além do mais, as plantações escravistas foram as primeiras a se beneficiar da industrialização do refinamento de açúcar. O cultivo do algodão também foi beneficiado pela invenção do descaroçador em 1793, essencial para produzir o tecido de modo infinitamente mais rápido do que permitia o descaroçamento manual feito até então, que impossibilitava o lucro em larga escala. Essa inovação fez com que as plantações de algodão virassem “o novo centro da escravidão americana no século XIX, e o algodão passou a representar metade de toda a exportação dos Estados Unidos”.

Além do mais, o comércio escravista desenvolveu vários portos europeus, povoou e enriqueceu inúmeras cidades. Só para citar algumas no Império Britânico: no final do século XVIII, Liverpool era responsável por 60% do tráfico do país, 40% do tráfico da Europa, desencadeando o crescimento da população, naturalmente

da construção civil, e o aumento das tarifas alfandegárias, aglomerando “uma enxurrada de gente de dinheiro [...] sem os quais ela não teria se desenvolvido e se tornado a cidade que é hoje”. Várias outras cidades também se beneficiaram; o tabaco e o açúcar eram essenciais para a prosperidade de Glasgow; Manchester, em 1788, “estava exportando para a África o equivalente a 200 mil libras de bens, cuja produção empregava 180 mil pessoas; e as toneladas de armas, algemas e correntes, indispensáveis à sustentação da escravização não nasciam na natureza, Birmingham enriqueceu com a produção desses itens”.

Por outro lado, continua Andrews, o sistema financeiro estava totalmente envolvido com o negócio escravista. O Banco da Inglaterra reconheceu recentemente que muitos dos seus diretores “no século XVIII eram proprietários de escravos ou descendentes deles”. Os bancos usavam a quantidade de escravos como garantia de empréstimos (prática também corriqueira no Brasil). As corretoras de seguros eram muito ativas nessa modalidade comercial, financiando a construção de navios negreiros, bem como investindo

em plantações nas Américas e no Caribe, lembrando Andrews ainda que “proprietários de escravos eram presença constante nos conselhos dessas empresas”.

Enquanto isso, as populações e o continente africano nunca foram suficientemente beneficiados pela riqueza criada pelo tráfico. A ideia de que a África lucrava com o tráfico é, segundo Andrews, um argumento no mínimo tendencioso, pois “as recompensas do lado africano das transações eram muito menos valiosas do que a capacidade humana sendo vendida”. Se os escravizadores africanos tiravam algum benefício, “não recebiam nada que estimulasse qualquer tipo de desenvolvimento econômico”. “A perda de milhões de pessoas teve impacto devastador, do qual a África ainda não se recuperou”. Além dos que foram exportados para as Américas e o Caribe, muitos dos capturados morriam nos campos de concentração miseráveis onde ficavam depositados antes de embarcar, sem falar nas mortíferas travessias em porões infectos, os números são impressionantes. E as comunidades do litoral africano foram desestruturadas, sofreram

terríveis impactos para se adaptarem ao comércio escravista europeu.

O continente foi transtornado não apenas pela perda de vidas e desestruturação das relações sociais, mas pela implantação de rotas de tráfico controladas militarmente, pelo surgimento de um mercado fornecedor de gêneros de sobrevivência e equipamentos militares para as tropas de escravizadores, pelo fortalecimento dos portos, pela fundação de campos de concentração para a preparação do embarque, além da militarização de muitas comunidades que tiveram de se defender para não serem as vítimas dos caçadores de escravos. “O Impacto foi o surgimento de um estilo de vida que lidava com a realidade brutal da escravidão. O estado cambiante das sociedades africanas é o exemplo perfeito das perturbações geopolíticas causadas pelo comércio escravista europeu”, com a mudança da infraestrutura do continente.

Além de outros, o Império do Daomé “cresceu a partir do caos que a escravidão trouxe para a região e ganhou preeminência com seu papel de fornecedor de africanos para o comércio”, mas inicialmente passou a fazer parte do esquema escravista

para preservar “o próprio povo de ser devastado pela escravidão”. Porém, nem por isso, deixa de ter sua parte de responsabilidade. Andrews prioriza então o combate à ideia de que a participação de impérios africanos fornecedores de escravos descaracterizaria todo o sistema como sendo ocidental, mas isso, argumenta, não tira a responsabilidade dos europeus de terem criado, mantido e de serem os principais beneficiários do sistema, “que era ocidental desde o princípio”, os fornecedores africanos sendo apenas uma parte anexa do grande negócio.

Andrews também não negligencia o papel dos potentados árabes, que estabeleceram um sistema de escravidão dentro do continente africano. Reconhece que o status do escravo na sociedade árabe era mais flexível, lembrando que Bilal, um africano nascido na escravidão, foi um dos companheiros de maior confiança do profeta Maomé. Mesmo assim, “por um período de mais de 1250 anos, aproximadamente 6 a 7 milhões de africanos foram traficados à força pelo deserto do Saara”.

No capítulo 6, “O Ocidente não branco”, Andrews volta sua análise crítica “aos assim chamados Brics”,

Brasil, Rússia, China, Índia e África do Sul, e aos investimentos feitos por esses países na modernização da África e além. No caso da China e da Índia, países de populações descomunais, tais “projetos são ferramentas para oferecer oportunidades de emprego para as duas maiores forças de trabalho do mundo”, enquanto a infraestrutura ia se mantendo como propriedade estrangeira, permanecendo a África economicamente dependente.

Vamos concentrar sua abordagem sobre o Brasil, que tem “uma relação complicada com a África”. Ele refere-se à massa de escravizados africanos “roubados do continente” integrando a população brasileira, só inferior à população negra da Nigéria... Lembra dos governos progressistas de Luís Inácio Lula da Silva, a nomeação de autoridades negras, o incremento do comércio com a África, que aumentou de 4 bilhões de dólares em 2002 para 27 bilhões em 2012. Porém, um bom exemplo de como as coisas andaram efetivamente seria a companhia brasileira Vale do Rio Doce, uma das maiores mineradoras do mundo, que tem presença em vários países africanos, sua receita de 34 bilhões de dólares por ano lhe propicia um PIB

maior do que o de todos os países onde atua, e que “também está envolvida na clássica relação colonial de financiar projetos de infraestrutura”.

O Brasil continuou escravizando africanos depois da independência, destaca Andrews, votou contra as resoluções da ONU condenando os regimes coloniais portugueses na África, manteve o comércio com a África do Sul do *apartheid*. Trata-se de um bom representante da América Latina, “uma coleção de Etnoestados colonizados por europeus em que a supremacia branca existe em sua forma mais virulenta”, salienta, onde milhões de sujeitos colonizados na região são mais vítimas dos seus vários Estados do que representados por eles. A relação de dependência colonial encontrada na América Latina é semelhante à encontrada na África, em condições que não aceitaríamos nos nossos países, arremata.

Comentemos que, em geral, esse quadro pintado por Andrews não pode ser negado, o conhecemos muito bem por aqui, mas quando ele escreve que “não há nenhum motivo pra que o Brasil tenha alguma afinidade com a África para além da lógica colonial”, ele revela seu mais sério limite,

repite, a falta de uma sensibilidade cultural, antropológica, na sua abordagem, lacuna considerável no seu texto, no entanto tão rico. Ele acena rapidamente para o tema quando insere o multiculturalismo como um perigo para a estabilidade política ocidental, ou quando cita Margaret Thatcher (“as pessoas têm muito medo de que este país seja inundado por gente com culturas diferentes”...), mas não passa disso. No entanto, se a cultura é um perigo, precisa ser levada seriamente em consideração, mesmo porque os medos coletivos são um dos mais importantes fatores da vida em sociedade. E, além do mais, no nosso caso, temos, sim, poderosos motivos para que o Brasil tenha algumas afinidades com a África: a língua brasileira, contaminada por um extenso vocabulário africano, nossa arte moderna e nossa prestigiosa cultura popular afro-brasileiras, partes caracterizadoras das nossas vidas.

Outro aspecto de sua limitação é o fato de Andrews raciocinar como se esses grandes iluministas, argumentadores eruditos, cultivadores da razão e do conhecimento cultivado, falassem diretamente para a nação. Eles eram sem dúvida grandes

referências, criadores das doutrinas de amplo espectro, então dividindo com a Igreja a função de dizer a Verdade com v grande, mas seu discurso era divulgado pelos mediadores daquele contexto, os veículos da cultura de massas nascente, que tanto reproduziam quanto distorciam e inventavam: o jornalismo cotidiano, a literatura religiosa, a literatura de aventuras, a infantil, os livros didáticos, os diários dos exploradores, a publicidade/propaganda, as histórias em quadrinhos e até mesmo a música popular, eles próprios tinham seus heróis, seus valores: promoveram nos vários continentes e até no Brasil, durante cerca de um século e meio, uma verdadeira lavagem cerebral em massa, caricaturando o Outro com estereótipos depreciativos que chegaram a estimular o massacre.

Vamos em frente, abordando os dois últimos capítulos... Reconheço que a amplidão dos temas tratados em *A nova era do império* dificulta seu esgotamento numa simples resenha, mas esses capítulos finais abordam alguns temas de atualidade que não poderiam ficar sem aceno. Andrews conta que, viajando em um avião para São Paulo, assistiu a uma palestra

do economista Jeremy Rifkin, intitulada “A terceira revolução industrial”, que superaria os problemas do nosso mundo “à beira da aniquilação”, por causa da poluição provocada pelas duas revoluções industriais anteriores. A terceira revolução, baseada na “internet das coisas” seria capaz de atender às nossas necessidades energéticas com relativamente pouco, poderíamos até mesmo “criar uma fonte de energia gratuita para todos”.

Outro lembrado por Andrews que defende narrativas de progresso semelhantes é Klaus Schwab, o fundador do Fórum Econômico Mundial, um dos proponentes de que estamos iniciando desta feita uma quarta revolução industrial, também baseada na computação, que trará “‘uma mudança profunda e sistêmica’ nas relações de poder mundiais”. Outras ideias semelhantes, visando a salvação do mundo pela tecnologia, estão vindo “de vozes mais novas, de esquerda. Salvar o planeta da catástrofe iminente tornou-se, com razão, uma questão central na política progressista”, diversos ativismos de base, o Green New Deal, e mesmo o engajamento de crianças, são sem dúvida valiosos, mas continuam, arremata Andrews, existindo dentro

da estrutura imperialista [...] e não vão dismantelar a lógica colonial da ordem mundial [...] As metas climáticas só podem ser alcançadas com o fim de uma economia que visa ao crescimento constante e ao luxo, e nessa busca explora trabalhadores nas partes mais pobres do mundo.

Não haveria nessas agendas, nos dois lados do Atlântico, nenhum “esforço de fato para abordar os problemas da desigualdade global”. A própria esquerda, segundo Andrews, está tão enraizada nas habituais narrativas de progresso quanto o neoliberalismo. Marx, a seu ver, está no centro do pensamento ocidental radical, postulando que “o progresso tecnológico gerado pelo capitalismo era essencial para oferecer a abundância necessária para a libertação humana”. Assim, o “proletário” – no jargão da esquerda marxista, o trabalhador industrial ocidental, criado pelas condições do capital – seria o protagonista que iria destruir o sistema injusto, na verdade mais uma maneira de manter o suprematismo branco. “Mas a história demonstrou que aqueles que adotaram o marxismo e conseguiram se comprometer com a revolução residiam quase exclusivamente no mundo

subdesenvolvido”, e não eram o operariado e sim o campesinato. Em vez de romper com “a supremacia branca intelectual, o marxismo é apenas o outro lado da moeda dessa lógica”.

Ora, acontece que nesse outro lado os trabalhadores brancos ocidentais, constata Andrews, estão, pelo contrário, perdendo espaço por causa da automação, e essa dizimação da força de trabalho teve papel importante na ascensão de Donald Trump, embora ele tenha jogado a culpa nas costas dos imigrantes estrangeiros. Para quem esperava o impacto libertador da tecnologia, as novas corporações capitalistas estão colocando as bases para a nova revolução industrial, a deles. A automação em depósitos, que tem como melhor exemplo a *Amazon*, é uma medida para diminuir a força do trabalho presencial, bem como para pressionar os salários, aumentar o ritmo e a apertar a vigilância “a fim de manter as metas exigidas por um algoritmo”. Resultado: menos trabalhadores físicos, sindicatos mais débeis, salários mais baixos, lucros mais altos.

Andrews declara que já denunciou a ilusão de que a África vai prosperar com empréstimos estrangeiros promovendo o aumento do PIB nos países

beneficiados, mas que tal medida apenas mantém os países subdesenvolvidos sob a dependência neocolonial. “Mais dinheiro não quer dizer mais igualdade: geralmente é o oposto”. Um bom exemplo é a Inglaterra do *thatcherismo*, que ficou muito mais rica, “mas a diferença entre ricos e pobres transformou-se num abismo”. O nascimento do neoliberalismo nos anos 1980, com Thatcher e Reagan, desmantelou a política de bem-estar social da socialdemocracia posterior à Segunda Guerra, o que deu liberdade sem controle para as forças do capital, provocando o colapso econômico de 2008: “O desemprego, a insegurança e a austeridade que vieram a seguir levaram ao inevitável crescimento da nova direita”, quando os eleitores foram procurar pelas causas das suas dificuldades. “Também atçou as chamas do protesto ao revelar a opressão aos oprimidos”, como o movimento Occupy de Nova York, que se inspirou nos Indignados da Espanha e na Primavera Árabe do Egito.

O movimento *Occupy* se concentrou na desigualdade de renda, e se declarou como sendo como parte dos 99% que se opunham ao 1% dos privilegiados que acumulam a riqueza

do mundo, mas tal ideia “não passa de uma fantasia delirante”, retruca Andrews, “continuação da universalização da particularidade branca que vimos tanto na esquerda quanto na direita”.

No último capítulo, “O feitiço se volta contra o feiticeiro”, Andrews começa comentando que não é surpreendente que a Inglaterra e os Estados Unidos estivessem liderando o número de mortes por covid-19 em 2020, pois “há uma ironia sombria no fato de que um vírus está arrasando os centros [...] do imperialismo ocidental”, justamente porque eles “estão no estágio mais avançado de desenvolvimento da nova era do império: o neoliberalismo”. Os Estados Unidos, comenta, têm um sistema de saúde privado desastroso, e a Inglaterra, nas décadas de privatização, começou a desmontar “o tão querido National Health Service” ao priorizar o lucro particular em detrimento do serviço social.

“O Brexit soltou os cães raivosos do neoliberalismo, determinados a maximizar seus lucros, liberando o Reino Unido da regulamentação (ou proteção) da União Europeia”. Surgiram os governos britânicos mais

racistas dos últimos tempos, perseguindo milhares de imigrantes, predominantemente africanos, “os bodes expiatórios perfeitos” que historicamente haviam sido convocados, inclusive médicos e enfermeiras, entrado legalmente no país depois da Segunda Grande Guerra, para suprir a falta de mão de obra, parcialmente dizimada. Uma primeira ministra da época, a neoliberal Theresa May, no cargo até 2019, promoveu deportações em massa, enquanto que o Brexit de Boris Johnson agiu para acabar com os direitos dos trabalhadores e privatizar mais ainda a economia, liberando o capital das restrições nacionais.

Em seguida, ao se eximir da responsabilidade pelo empobrecimento da população, o neoliberalismo jogou a culpa nos imigrantes, o que “vem sendo essencial para o sucesso eleitoral dos conservadores”, com sua mensagem sempre racista. A realidade é que o estado de bem-estar social obtido no pós-guerra foi dependente das antigas colônias, “tanto pela riqueza necessária para existir quanto pelo trabalho para mantê-lo em funcionamento”. Como pontificou o falecido intelectual indiano Ambalavaner

Sivanandan: “Estamos aqui porque vocês estiveram lá!”.

Concluindo, Andrews apostrofa:

Pode ser que neste momento, à beira do abismo da aniquilação, [...] a profundidade do problema e a escala da solução possam ser compreendidas. Talvez possamos deixar de lado as ilusões do progresso baseado na visão distorcida da branquitude que nos foi incutida por lavagem cerebral (...) Malcom estava certo quando avisou que seria ‘a cédula ou a bala, liberdade ou morte, liberdade para todos ou liberdade para ninguém’ (pp. 283-308).

Mais uma palavra de conclusão: Kehind Andrews é um pesquisador de imenso fôlego, vai fundo ao abordar uma série interminável de temas e de polêmicas, seu livro é uma fonte inesgotável de informações. Não é necessário concordar com todos os pontos de vista para respeitar quem cria uma pesquisa tão abrangente, arrisca sua palavra sem temores, com uma convicção inabalável. Enfim, a Companhia das Letras está de parabéns pela coragem de publicar um texto de tamanha radicalidade. Radicalidade, repito, e não extremismo, termos que são habitualmente confundidos. Por doloroso equívoco, pois extremismo

é a adoção de retórica e de medidas extremas e irresponsáveis; enquanto que radicalismo é procurar responsabilmente a raiz dos problemas. Questão de método: pelo menos tentar. *A nova era do Império* que Kehinde Andrews nos provoca a enfrentar uma duríssima polêmica, tentando ir às raízes de um problema de tamanha complexidade. Como afirmou com convicção logo no início deste livro, “o racismo é uma questão de vida e morte”.

Renato da Silveira 

Designer gráfico e professor aposentado da UFBA

doi: 10.9771/aa.v0i70.65895